



EDUCAÇÃO em FOCO

e-ISSN 2447-5246
ISSN 0104-3293

Creative Commons license



MEMÓRIAS DO PASSADO: REFLEXÕES SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO DE MULHERES NORDESTINAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

MEMORIES OF THE PAST: REFLECTIONS ON THE EDUCATION OF NORTHEAST WOMEN IN THE EDUCATION OF YOUNG PEOPLE AND ADULTS

Pedro Bruno de Lima Pereira¹

<https://orcid.org/0000-0003-1472-1012>

Karlla Christine Araújo Souza²

<https://orcid.org/0000-0002-3992-2163>

RESUMO:

O objetivo dessa investigação consiste em identificar, entre as narrativas autobiográficas e autorreflexivas de mulheres adultas e idosas, questões específicas que fizeram parte de suas histórias do passado e que justificassem o retorno às escolas de EJA, em tempos atuais. Pôde-se contar como técnica de investigação, de entrevistas semiestruturadas, que funcionaram como conversas, dirigidas com o propósito de interrogar: o que os sujeitos da pesquisa – mulheres, adultas, idosas – enxergam, nos tempos atuais e o que podem nos dizer a respeito do acesso à educação na década de 1980? O que impediram essas pessoas de concluírem os estudos na idade adequada e o que perceberam de mudança nos tempos atuais? As entrevistas semiestruturadas foram gravadas em áudio, com quatro estudantes. A pesquisa foi realizada com estudantes da EJA de uma escola regular do estado do Ceará, como também com estudantes de um programa de política pública para este público, do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, campus Apodi. Constatamos que ainda existe uma negação continuada do direito à educação para este público, comprovadas pelas inúmeras vezes em que as entrevistadas citam terem tentado voltar ao ambiente escolar e tiveram que, mais uma vez abandonar. Em contrapartida, todas puderam, no retorno à escola nos tempos atuais, entender o universo feminino e o mais importante, se reconhecer enquanto cidadãs, bem como toda a sistemática vivida pelas mulheres no espaço-tempo. Certificamos que a Educação de Jovens e Adultos se apresenta como uma alternativa para reparar um direito negado, equalizar os capitais sociais e qualificar os atores da EJA, sendo esta última uma função permanente da escola.

PALAVRAS-CHAVE: narrativas; mulheres; Educação de Jovens e Adultos.

¹ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mestrando em Ciências Sociais e Humanas. Mossoró-RN-BR.

² Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Docente e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas. Mossoró-RN-BR.

ABSTRACT:

The objective of this investigation is to identify, among the autobiographical and self-reflective narratives of adult and elderly women, specific issues that were part of their past histories and that justified the return to EJA schools, in current times. It was possible to count as an investigation technique, of semi-structured interviews, which functioned as conversations, directed with the purpose of questioning: what the research subjects - women, adults, elderly - see, in current times and what can say about access to education in the 1980s? What prevented these people from completing their studies at the appropriate age and what did you notice of change in the current times? The semi-structured interviews were audio recorded with four students. The research was carried out with EJA students from a regular school in the state of Ceará, in Brazil, as well as students from a public policy program for this public, at the Federal Institute of Rio Grande do Norte, Apodi campus. We found that there is still a continued denial of the right to education for this public, evidenced by the numerous times that the interviewees mention having tried to return to the school environment and had to, once again, drop out. On the other hand, when returning to school today, all of them were able to understand the female universe and, most importantly, to recognize themselves as citizens, as well as the entire system experienced by women in space-time. We certify that Youth and Adult Education presents itself as an alternative to repair a denied right, equalize social capital, and qualify EJA actors, the latter being a permanent function of the school.

KEYWORDS: narratives; women. Education of young people and adults.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em uma análise dos processos educacionais nas histórias do passado, em narrativas de mulheres escolarizadas na Educação de Jovens e Adultos. A pesquisa nos permitiu o contato com diferentes histórias de passado, marcadas por muitas justificativas sobre o impedimento da conclusão dos estudos, na idade considerada adequada. Numa percepção mais ampla, as narrativas estavam fundamentadas, no trabalho enquanto crianças, como principal impedimento, e gerou [em nós] a inquietação de buscar entender o que garantia os direitos de crianças e adolescentes, nesse período, para que, anos mais tarde, adultos/as e idosos/as trabalhadores/as que estão na EJA buscassem a escolarização e formação na Educação Básica

Consideramos que as fontes orais, presentes nas narrativas das histórias dessas adultas e idosas, que tiveram seus direitos não-reconhecidos em suas vidas, e que decidiram retornar ao ambiente escolar, têm muito a nos dizer, nos dias atuais.

No caso da escolha por mulheres, deve-se a algumas razões: à percepção nas turmas de EJA por maior presença feminina, nas salas de aula; à constatação da assiduidade das mulheres, nas aulas, destacadas pelos professores que atuam nesta modalidade; ao reconhecimento da predominância de uma educação machista que fez [e ainda faz parte] da história do nosso país que impediu muitas mulheres de concluírem os estudos, na idade adequada; por fim, à tripla jornada de trabalho, relatada pelas mulheres (estudantes, trabalhadoras e donas de casa), nos dias de hoje, como demonstração de desafio para o retorno à escola.

Em linhas gerais, o objetivo geral do trabalho é identificar, entre as narrativas desses sujeitos – mulheres, adultas, idosas – questões específicas que fizeram parte de suas histórias do passado e que justificassem o retorno às escolas de EJA, nos tempos atuais.

Desse modo, buscaremos responder as seguintes questões: o que os sujeitos da pesquisa – mulheres, adultas, idosas – enxergam, nos tempos atuais, e o que podem nos dizer a respeito do acesso à Educação, na década de 1980? Na sequência, interrogamos sobre os motivos que impediram essas mulheres de concluírem os estudos, na década antes citada, e o que essas pessoas perceberam de mudança, na garantia dos direitos dedicados às crianças e adolescentes, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990?

Como objetivos específicos dessa pesquisa, temos: conhecer o perfil dessas estudantes que ocupam as escolas da EJA; mapear trajetórias de luta pela escolarização a partir da negação de direitos; dissertar sobre os direitos das crianças e adolescentes, na década de 1980.

Somente com a promulgação da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 13 de julho de 1990, que entrou, em vigor, uma série de garantias, destinadas a crianças e adolescentes, como o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 2005).

Dessa maneira, a partir de 1988, surge a responsabilidade da família, da sociedade e do Estado, em lutar pelos direitos das crianças e adolescentes, não mais com repressão e força, mas com políticas públicas de atendimento, promoção, proteção e justiça, considerando-os sujeitos possuidores de direitos, em fase de desenvolvimento. O problema em questão é que, anos antes, os direitos das crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social não eram respeitados e nem assegurados por políticas públicas, pois, nessa época, esses públicos não eram reconhecidos como sujeitos de direitos. Uma tradição de violência e exploração apresentava-se por meio da história social da infância no Brasil.

Em contrapartida, a Educação de Jovens e Adultos se apresenta como uma alternativa para reparar um direito negado, equalizar os capitais sociais e qualificar os atores da EJA, sendo esta última uma função permanente da escola.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Metodologicamente, a proposta de estudos caracteriza-se por uma pesquisa qualitativa, numa abordagem exploratória, do tipo campo. Na etapa da coleta de dados, partimos da experiência ‘in loco’, com mulheres, adultas e idosas entre as quais, destacamos as estudantes da Educação de Jovens e Adultos que retornaram às escolas, em busca de escolarização e formação.

Desse modo, pudemos contar com uma das técnicas e instrumentos selecionados na etapa da coleta, as entrevistas semiestruturadas, gravadas em áudio, que funcionaram como conversas, dirigidas com o propósito de interrogar acerca das questões indicadas anteriormente: o que os sujeitos da pesquisa – mulheres, adultas, idosas – enxergam, nos tempos atuais e o que podem

nos dizer a respeito do acesso à educação na década de 1980? O que impediram essas pessoas de concluírem os estudos na idade adequada e o que perceberam de mudança na garantia dos direitos dedicados às crianças e adolescentes após promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990? Embora tenham sido levantadas questões amplas, temos como base, o entendimento de que muitos registros orais, remetidos ao passado, tendem a ser (re)elaborados, no presente e, ao mesmo tempo, servem como indícios para nossas interpretações acerca das questões levantadas

As referências nos mostram as reminiscências do passado e apontam para as possibilidades de desenvolvimento das crianças e adolescentes, na década antes citada, buscando encarar e refletir sobre as histórias de vida, como objeto de estudo e propondo uma intervenção psicológica sobre o passado, para desencadear atuais mudanças nos indivíduos. (FRASER e GONDIM, 2004)

As narrativas orais revelam, tanto o si mesmo quanto a cultura em que o narrador está inserido, pois “é por meio de nossas próprias narrativas que construímos principalmente uma versão de nós mesmos, no mundo, e é por meio de sua narrativa que uma cultura fornece modelos de identidade e podem ser fontes de pesquisa”. (BRUNER, 2001, p. 3)

O intuito de identificar entre as narrativas desses sujeitos – mulheres, adultas, idosas, histórias do passado que justificassem o retorno às escolas de EJA, nos tempos atuais, nos dão mostras para entender o porquê de terem deixado de frequentar a escola e gerar possibilidades de estudar o desenvolvimento social, político, cultural e, principalmente, escolar ao longo da história social do nosso país.

As narrativas orais [autobiográficas] dessas mulheres servem para justificar o retorno delas nas escolas de EJA e pontuar avanços, nas políticas de educação e de proteção integral à infância e juventude. Dessa forma, o uso de narrativas autobiográficas, como fonte de investigação e método de pesquisa assenta-se, no pressuposto do reconhecimento da legitimidade da criança, do adolescente, do adulto, enquanto sujeitos de direitos, capazes de narrar sua própria história e de refletir sobre ela. (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2015, p. 114)

Ao utilizarmos as narrativas orais, em histórias autobiográficas e autorreflexivas, como instrumento de investigação, percebemos como os participantes narram suas experiências e suas aprendizagens, seus percursos de formação e suas histórias de desenvolvimento pessoal e profissional.

Por ser de caráter exploratório, a escolha consistiu em estudar particularidades e experiências individuais, por se tratar de um modelo autobiográfico de pesquisa e possibilitar um diálogo sobre o assunto, a partir das informações adquiridas. Dessa forma, as narrativas orais foram buscadas, por meio de entrevistas semiestruturadas, como instrumento de coleta da pesquisa.

As entrevistas semiestruturadas foram gravadas em áudio, com quatro estudantes que frequentam as turmas de EJA. A escolha está relacionada com as muitas informações e indicações das mulheres, adultas e idosas, feitas pelos professores que atuam nesta modalidade. A pesquisa foi realizada com estudantes da EJA de uma escola regular do estado do Ceará, como também com estudantes de um programa de política pública para este público, do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, campus Apodi, ambas na região Nordeste do Brasil.

Enquanto pesquisadores, traçamos alguns critérios para a escolha dessas mulheres: 1. a percepção por maior presença feminina nas salas de aula; 2. a constatação da assiduidade das mulheres nas aulas, destacada pelos professores desta modalidade; 3. o reconhecimento da predominância de uma educação machista que fez [e ainda faz parte] da história do nosso país, que impediu muitas mulheres de concluírem os estudos na idade adequada; 4. a tripla jornada de trabalho relatada pelas mulheres (estudantes, trabalhadoras e donas de casa), nos dias de hoje, como demonstração de desafio para o retorno à escola; 5. A idade das entrevistadas e o período que deixaram de estudar; e por último, a curiosidade do pesquisador em conhecer mais dessas histórias e se aproximar dessas participantes.

Para que os questionários sejam dotados de confiança, é necessário ser mais que um bom ouvinte. É fundamental captar emoções nas palavras, sejam elas de alegria ou de tristeza. Yin (2001, p.82) nos relata que o

[...] ato de ouvir envolve observar e perceber de uma maneira mais genérica e não se limita a uma modalidade meramente auricular. Ser um bom ouvinte significa ser capaz de assimilar um número enorme de novas informações sem pontos de vista tendenciosos. Na medida que um entrevistado relata um incidente, o bom ouvinte escuta as palavras exatas utilizadas (algumas vezes, a terminologia reflete uma importante orientação), captura o humor e os componentes afetivos e compreende o contexto a partir do qual o entrevistado está percebendo o mundo.

A análise do conteúdo nas falas, tendo como função primordial o desvendar crítico, que procura conhecer aquilo que está por trás do significado das palavras, em concordância com o que diz Bardin *apud* Santos (2012), foi feita, a partir de uma pergunta de partida que seria: Quais os motivos que as levaram a abandonar os estudos na idade adequada? A técnica escolhida, além de promover um diálogo e aproximar o pesquisador dos sujeitos pesquisados, permite que as participantes [no caso] ficassem livres para discorrer sobre o tema, podendo o pesquisador apenas levantar questões pontuais, com o intuito de atingir os objetivos citados, no início deste trabalho. É prática comum a elaboração de um roteiro apresentado, sob a forma de tópicos que oriente sobre as informações que necessitem ser observadas, nas falas e colhidas, mas que, de modo algum, impeça o aprofundamento de aspectos que possam ser relevantes ao entendimento dos sujeitos.

As participantes dessa pesquisa foram mulheres, estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), acima de 50 anos de idade, cientes da questão ética desta investigação. A delimitação da idade se deu pelo fato de que a atual Constituição Federal do nosso país possui apenas 30 anos, em vigor, bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A ideia da entrevista, na forma de conversa, com essas mulheres que cursaram o Ensino Básico, antes da promulgação das determinadas leis, foi verificar como relatos de suas infâncias, sob o ponto de vista social e educacional, naquela época, por meio de histórias do passado dessas entrevistadas. Tem-se a curiosidade de reconhecer, questionar e dissertar sobre o que assegurava os direitos delas, como crianças e adolescentes, na década de 1980.

DESENVOLVIMENTO

A chance de analisar as histórias de vida, contadas oralmente por estudantes da EJA – mulheres, adultas, idosas – como sujeitos dessa investigação, nos permite identificar algumas

razões que justificam a relação de afastamento da escola, na infância, no período da década de 1980. Esta investigação consistiu em estudar particularidades e experiências individuais, por se tratar de um modelo autobiográfico de pesquisa e possibilitar um diálogo sobre o assunto, a partir das informações adquiridas.

Em se tratando da educação de jovens e adultos, reconhecemos, em Paulo Freire, sua presença histórica e marcante nas mudanças de perspectiva, na aprendizagem de adultos, realizadas antes do golpe militar, em 1964. Os avanços significativos se consolidaram, a partir da década de 1990 em que a EJA passou a ser inserida como uma modalidade integrada à Educação Básica, a partir dos anos 2000, como parte de um significativo avanço que ainda requer a criação e implementação de políticas públicas de educação que priorizem as necessidades específicas dos jovens, adultos e idosos que interromperam seus estudos.

Ao falarmos de EJA, é necessário fazermos referência à realidade dos educandos, suas histórias de vida e suas especificidades, no contexto que estão inseridos. É até encorajador e desafiador pensarmos em metodologias que nos ajudem a construir uma nova história para esses sujeitos, mas, para isso, acreditamos que é preciso que o próprio sujeito valorize sua história e se reconheça como autor e ator de suas experiências. Nos destaques de Paulo Freire (2005), talvez seja esse o sentido mais exato da alfabetização, fazer com que o sujeito aprenda a escrever sua vida, como autor e como testemunha de sua própria história, tomando consciência da sua existência e não se envergonhando dela.

Ao registrarmos as narrativas orais desses sujeitos, contribuímos para a valorização da subjetividade e seu olhar sobre si mesmo, dentro de um contexto histórico. Souza (2007, p. 63) afirma que:

O reconhecimento da legitimidade dessas fontes para a pesquisa em História permitiu que vozes, até então silenciadas pela História tradicional, reivindicassem o direito de falar [...]. Assim, os negros, as mulheres, os índios, os homossexuais vão buscar na indagação do passado, a partir de suas memórias individuais e coletivas, as circunstâncias sociais e culturais que o conformaram no tempo presente e que permitem pensar em projetos para o futuro.

Nesse sentido, estamos convictos de que essa discussão vai além da observação e registro da escuta dos atores sociais [e sujeitos da pesquisa], pois a sensibilidade no reconhecimento das vozes silenciadas dos que passaram pela escola, mas não permaneceram nela, ganham visibilidade em narrativas que dão luz ao trabalho.

Ao recontarmos essas histórias, chamamos atenção às interpretações do pesquisador que representam uma referência de verdade, provisória, que ocorre, a partir do contexto atual em que se dá a busca dos registros contados ou escritos sem, com isso, defini-la como verdadeira ou falsa.

Ao utilizar as experiências de vida no processo educacional de jovens e adultos, a escola também possibilita a valorização de outros conhecimentos e estratégias desenvolvidas pelos alunos para sobreviver em meio a nossa sociedade letrada, principalmente entre aqueles que ainda não foram alfabetizados, substituindo o preconceito e a discriminação, pelo reconhecimento e valorização de culturas que se baseiam também na oralidade para contar histórias, criticar, fazer rir ou refletir, dando prova que a falta de conhecimento sobre o sistema alfabético não pode ser considerada uma questão cognitiva. (ARAÚJO, 2015, p. 15)

Tomamos o cuidado de transmitir a mensagem de que a escola não é o único espaço de formação, principalmente para jovens e adultos, por admitirmos a existência de comunidades de aprendizagem, em espaços não-formais que somam esforços, no processo de aprendizagem com adultos. Dessa forma, reconhecemos que a EJA pode ser caracterizada pela dualidade educacional e desigualdade social do país e realçamos ainda mais que o compartilhamento das narrativas de vida dessas pessoas serve para refletirmos acerca dos percalços enfrentados, sonhos almejados e conhecimentos singulares, adquiridos ao longo da vida.

Os estudos de Barroso (2018) reiteram que, na história da educação brasileira, os mais velhos nunca foram prioridade. E a criança, excluída da escola, no passado, hoje, como resultado desse processo tardio de uma aprendizagem fora do período próprio do ensino regular, fará parte das estatísticas que mostram um número crescente, na taxa de analfabetismo, no país, principalmente, na região Nordeste.

Para validar esta pesquisa, realizamos entrevistas semiestruturadas, conduzidas na forma de conversa para que essas narrativas [autobiografias] pudessem, a princípio, adiantar parte de uma realidade reveladora de mulheres que começaram a trabalhar, muito pequenas, na roça ou como empregadas domésticas, forçando ao distanciamento e, no extremo, o abandono das salas de aula, enquanto crianças, nas décadas de 1970 e 1980, ocupando-se, no trabalho ou na maternidade.

A primeira entrevistada identificada por ESTUDANTE 01, cearense, atualmente com 50 anos de idade, relatou que seus pais não a deixavam estudar, no período de sua vida escolar, na década de 1970. Nas palavras da entrevistada:

Eu queria estudar, mas naquela época pra nós que era pobre era um negócio muito distante, só estudava filho de gente que tinha condições, que tinha carro, comerciante. A gente já era empurrado pra trabalhar mesmo. [...] Meu pai dizia era assim: “Nunca morri por não saber ler nem escrever”. (ESTUDANTE 1, 50 anos)

Por esse motivo, a ESTUDANTE 01 atestou ter estudado tardiamente, aos 10 anos de idade, apenas nos anos 1980, e só conseguiu esse feito, porque foi embora para a capital, morar com uma prima. Só a partir dessa mudança de endereço, conseguiu conciliar, por um tempo, o trabalho, durante o dia e os estudos, no turno da noite. Como criança que teve seu amadurecimento forçado, teve de vivenciar a interrupção dos estudos, devido ao perigo das ruas, nas noites, na cidade grande, que a obrigaram a abandonar as salas de aula, sem perspectiva de retorno, pois, aos 13 anos, engravidou e, não muito diferente, a maternidade não se conciliou com as atividades da vida.

Atentamos para a questão da “infância”, enquanto categoria de análise recorrente entre os relatos de histórias do passado, entre as entrevistadas vem acompanhada de outra categoria “trabalho”, recorrente nessa etapa da vida de criança. Na zona rural, auxiliando nos afazeres da família ou mesmo trabalhando para outras famílias, cujo tempo para brincar, além de mínimo, e a possibilidade de estudar era quase inexistente.

Fazendo uma análise a partir do olhar das políticas resultantes das lutas sociais, podemos dizer que a situação a que estas crianças foram submetidas constituem inadequações, tanto do ponto de vista legal, como no que se refere a repercussões negativas em seu desenvolvimento. No caso dos sujeitos desta

pesquisa o que aconteceu, de fato, foi o “trabalho ao longo da vida” em vez de “educação ao longo da vida”, defendido hoje como um direito de todas as pessoas. (BARROSO, 2018, p. 36)

A segunda entrevistada – ESTUDANTE 02 – também cearense, tem atualmente 51 anos de idade, e nos afirmou que parou de estudar aos 14 anos de idade, no ano de 1982, porque o trabalho forçado na roça, ajudando seus pais, e a distância de sua casa até a escola, eram impedimentos e muito difíceis de serem vencidos, por ela, há 38 anos.

Vixxe, meu fie, já fiz de tudo nessa vida [risos]. Eu trabalhava na roça, plantava, colhia, saía pra vender, capinava mato, lavava roupa na beira do açude, tomava banho era com juá [ela teve que me explicar o que seria isso], cuidava dos meus irmãos quando minha avó tinha que ir pro roçado [foi criada pela avó], e quando dava eu ia pra escola [...] A pé, ia a pé, acho que era uns 3km, sol quente. Aí meu fie, naquela época estudava quem queria, pela minha avó eu num vinha não, mas eu achava era bom, trabalhava direto pra comprar minhas coisinhas, né? Na escola pelo menos eu ia merendar, paquerar [risos]. Aí com 14 anos eu tive que parar, me juntei, casei com 18 anos e meu marido era ciumento demais, num deixou eu voltar pra escola mais não [...]. Aí foi quando arrumei um bico de cabeleireira pra ver se conseguia sair do roçado. Até hoje corto cabelo [...] Depois que me separei eu ainda tentei voltar umas três vezes pro supletivo, mas era puxado demais pra gente que passa o dia trabalhando [...] eu vinha só pra dormir, dormia a aula todinha [...], mas agora eu voltei, tá dando certo e vou terminar se Deus quiser. (ESTUDANTE 2, 51 anos)

A entrevistada – ESTUDANTE 2 – afirmou que o que mais a incentivava querer retomar seus estudos era o sentimento de vergonha, por não ter concluído seus estudos. Nas narrativas, afirmou que, muitas vezes, se sentia incapaz, pela falta de compreensão da leitura e, portanto, pelo analfabetismo, carregado durante décadas de vida e formação como pessoa cidadã, o que a intimidava. No contato com os estudos e posterior escolarização, revelou ter ressignificado sua vida, com a ajuda de suas filhas e de seus professores.

Trazemos, então, neste contexto, palavras do grande educador Paulo Freire (2006), ao afirmar que “a Pedagogia da Esperança é a esperança que nós temos de sonhar e buscar a felicidade, um mundo mais justo mesmo existindo tantas dificuldades. E é tarefa do educador progressista, fortalecer a esperança do oprimido e contribuir para a formação de uma compreensão crítica da realidade apontando as contradições do sistema social e as possibilidades de mudanças”.

Ainda sobre a narrativa acima, que a história do passado dá ênfase ao desejo de estudar, que sempre esteve presente em sua vida, e que a exclusão escolar estava associada a uma exclusão social pelo sentimento de vergonha que ela demonstrou sentir. Para essa entrevistada, a EJA vai muito além do certificado de conclusão, quando desenvolve a autonomia e autoestima. Nesse sentido, as palavras de FISCHER (2014, p. 49) nos dizem que:

Estudar deveria ser antes de uma obrigação, uma forma de socialização, de exercício de cidadania, de atualização, de prazer, de expressão cultural, de crescimento pessoal e profissional. Então, pensar na EJA apenas como uma reposição dos conteúdos do ensino regular a restringe em toda a sua potência de ser uma possibilidade de mudança nos percursos dos sujeitos jovens e adultos que a frequentam.

A terceira entrevistada – ESTUDANTE 3 – tem atualmente 50 anos de idade, é cearense, e se emocionou muito aos nos contar sua história do passado na infância e trajetória de vida, pedindo desculpas em alguns momentos quando afirmava ser difícil resgatar as memórias de criança-menina. Em sua trajetória na educação escolar, a entrevistada narra que a primeira vez que teve que abandonar os estudos foi aos 14 anos de idade, em 1984. Informou que isso aconteceu porque a filha da patroa de sua mãe, que se tornou amiga da família, passou por uma cirurgia e necessitava de cuidados.

Essa entrevistada afirmou ainda que, para ajudar a família previa passar apenas um mês trabalhando na casa, mas acabou passando sete meses, ressaltando que, durante esse tempo, não recebeu um centavo, ou seja, não foi remunerada e os ganhos resumiram-se em “pratos de comida” diários. Lembra, inclusive, com muito pesar que completou seus 15 anos de idade, sonho de quase toda moça do interior, em frente a uma pia de louça e chorando bastante. Ainda na narrativa da ESTUDANTE 3, ressaltou desejo por retornar aos estudos com 18 anos de idade, mas veio o casamento que lhe causou muito sofrimento e a impediu de continuar.

Aí quando eu voltei, eu continuei. Aí com meus 18 anos eu casei, sofri muito, aí parei novamente e tive que ir embora, porque eu sofri muito no meu casamento. Foi um passo muito mal dado. Eu sofri demais! Tive até que sair da cidade por ameaças da pessoa que eu era casada “se eu ficasse no lugar ele me mataria” [...] Tive que morar dois anos em Belém com a família da minha mãe e lá consegui concluir o 8º ano, me matriculei no 1º ano do 2º grau, mas novamente não voltei pra continuar [...] Vivi lá só pelo alimento e pra ver se a pessoa me deixava em paz. (ESTUDANTE 3, 50 anos)

Entre as narrativas dessa última, relembrou com carinho dos seus tempos de escola na relação com as colegas e com suas professoras, antes de ter que ir trabalhar em casa de família. Afirmou que “sempre tive boas notas, fui uma boa aluna, mas que me faltaram muitas condições, até mesmo de alimento, e a necessidade de conseguir uma renda extra me impediu de continuar os estudos”.

A volta dela para a cidade natal se deu porque sua mãe estava passando grandes necessidades com duas irmãs sua que ainda eram pequenas. Pelo fato da mãe até ter ameaçado se matar, a entrevistada teve que parar novamente os estudos e voltar. Nesse retorno, o trabalho entra como impedimento, por ter de exercer sua atividade como costureira e vendedora de verduras no mercado. O retorno à escola nos dias atuais veio por incentivo de sua filha, e com voz embargada de tanto orgulho nos disse:

Quando eu voltei do Belém tentei estudar de novo, mas não deu certo por causa do trabalho de costureira e tinha a banca também, aí ficava muito difícil conciliar as três coisas. Aí com 24 anos eu comecei a trabalhar na fábrica e conheci o pai da minha filha. Tudo começou por uma brincadeira, me apaixonei, graças a Deus foi por ele. Aí eu tive a minha filha, mandada por Deus e Nossa Senhora [...] Aí quando foi agora depois dos meus 49 anos, a minha filha insistiu muito pra mim voltar a estudar e aí eu voltei. Tô fazendo o EJA, graças a Deus. (ESTUDANTE 3, 50 anos)

A quarta entrevistada – ESTUDANTE 4 – é potiguar e ingressou em um programa de política pública para esta modalidade, oferecido pelo campus Apodi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Norte. A moça relata que não

concluiu os estudos na idade considerada adequada, porque se casou muito nova e seu esposo não a deixava estudar.

Quando comecei a fazer o “mulheres mil” já estava há oito anos sem estudar. Meu marido não deixava eu estudar. Aí quando nos deixamos, consegui concluir o fundamental. Quando nós voltamos disse que não ia mais deixar os estudos, mas é sempre uma briga quando saio de casa ou quando volto. (ENTREVISTADA 4, 50 anos)

A estudante destaca que enfrenta muitas dificuldades para se formar, mas o seu sonho e tudo o que aprendeu no programa sobre gênero, cidadania e direitos da mulher, não a deixam mais desistir.

Tenho dificuldade também de acesso, pois moro numa comunidade a 18 km de distância daqui. Venho de moto. Já meus filhos, graças a Deus, não têm tanta dificuldade, pois mamãe me ajuda com eles. Eu sonho em me formar e minha meta é Educação física. (ENTREVISTADA 4, 50 anos)

Na narrativa destas últimas entrevistadas, observamos o que não pode passar despercebido nessa discussão: as marcas de uma sociedade patriarcal, herdada do colonialismo, e que se mantém deflagrada em convicções de homens-maridos narrados por suas esposas. O machismo escancarado e o poder que o homem tenta exercer sobre a vida da mulher em nossa sociedade deve ser denunciado. Esse machismo que impediu nossas entrevistadas de continuarem os estudos, e de sonharem com um futuro mais promissor.

A infância reduzida, negada, pela imersão no mundo do trabalho e a carência de oportunidades de formação para a vida adulta, fez dessas pessoas trabalhadoras em TODAS as etapas de suas vidas: da roça para os subempregos na capital. (BARROSO, 2018). Fazendo uma análise a partir do olhar das políticas resultantes das lutas sociais, podemos dizer que a situação a que estas crianças foram submetidas constituem inadequações, tanto do ponto de vista legal atualmente, legislados pela Constituição Federal e pela Consolidação das Leis Trabalhistas, como no que se refere a repercussões negativas em seu desenvolvimento, descritos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Todas até aqui deixaram evidente que gostariam de ter vivenciado essa fase de suas vidas de uma forma diferente e são contra a reprodução desses modelos de educar com seus filhos, sendo a favor de traçar novos destinos para os seus com mais oportunidades de empregos e melhores condições de vida,

Levando em consideração a retomada dos estudos atualmente como estudantes das turmas na modalidade da EJA, vale ressaltar que o trabalho ainda está presente na vida de todas as entrevistadas, embora reconheçam a necessidade de conciliar o trabalho com o tempo dedicado à escola. Em contrapartida, nesses tempos a escola não é vista mais apenas como um espaço de obrigação e aprendizado, mas vivenciada como um atrativo de convivência comunitária, satisfação, esperança, crescimento pessoal e mudança de vida.

Observamos que a experiência de escolarização, contada através das narrativas orais dos sujeitos da EJA expressam mudanças significativas de natureza cognitiva, comportamental, sociorelacional e afetiva, com repercussões na autonomia e na forma como o sujeito vê a si mesmo e o mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa nos possibilitou, por um lado, compreender melhor o fenômeno de inserção de mulheres adultas novamente na educação formal e, por outro, conhecer os fatores que as impediram de concluir os estudos, na idade considerada adequada. As narrativas orais [autobiográficas], reveladas através de entrevista semiestruturada, transcritas e analisadas, foram importantes instrumentos para nos aproximar das entrevistadas e criar um elo de confiança para a fala e escuta sensível. Esse diálogo nos possibilitou maior aproximação com trajetórias de passados, tão ricos em vida sociais e educacionais, que recontaram parte de si e do contexto em que estiveram inseridas, na infância e, posterior, na vida adulta.

Em Bragança (2012), a história das histórias de vida de negação de direito à educação teve origem de forma precoce, ou seja, ainda na infância das entrevistadas, sendo revelada em narrativas de passado, com histórico de privações materiais e exclusão educacional e social, muitas vezes, por parte do Estado, da família e do trabalho, objeto de investigação.

Constatamos que ainda existe uma negação continuada desse direito, comprovadas pelas inúmeras vezes em que as entrevistadas citam terem tentado voltar ao ambiente escolar e tiveram que, mais uma vez abandonar, limitadas pela tripla jornada de trabalho, no dia a dia. Todas expressaram ter sofrido durante a vida formas de violência ou preconceitos. Em contrapartida, todas puderam, no retorno à escola nos tempos atuais entender o universo feminino e o mais importante, se autoreconhecer enquanto cidadãs, bem como toda a sistemática vivida pelas mulheres no espaço-tempo.

Esta pesquisa reforçou a importância da educação de jovens e adultos, em um país, ainda com uma grande taxa de analfabetismo, como é o caso do Brasil, sobretudo na região Nordeste, segundo dados do PNAD 2009. O texto reconhece as conquistas e garantias da EJA, ao longo dos anos, reconhecida como modalidade de ensino, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Por outro lado, reitera que é preciso avançar, em relação ao ensino, fazendo com que a EJA deixe de ser vista às margens das políticas educacionais, não sendo consideradas as especificidades dos sujeitos e os anseios dos que frequentam esta modalidade. A EJA necessita de investimentos reais que favoreçam à continuidade da oferta de estudos e à permanência do aluno ou aluna, na escola. Talvez assim a EJA deixasse de ser vista como uma condição de política pública compensatória e passasse a ser considerada como uma real necessidade educacional para aqueles que querem uma nova oportunidade, no âmbito do ensino. (MIRANDA, SOUZA, PEREIRA, 2016)

Por fim, tratamos de educação, nos últimos 30 anos, apresentando o surgimento de políticas públicas, neste campo para a infância e, sobretudo, para as adultas e/ou idosas que foram os sujeitos desta investigação, sendo possível conhecer o perfil dessas estudantes. Consideramos que ainda há muito que avançar, mas insistimos no reconhecimento da educação e da aprendizagem, ao longo da vida, como princípios norteadores da educação brasileira, reconhecendo-a como transformadora de vidas e de realidades, em qualquer nível ou modalidade que o ser humano esteja. É o que nos mostra Paulo Freire (2005), em sua importante obra “Pedagogia do Oprimido”: “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”

Esperamos, dessa forma, contribuir com pesquisadores/as e educadores/as que se interessam pela pesquisa neste campo e pelos múltiplos ensinamentos que a EJA tem a nos oferecer, enquanto política pública de Estado e de direito. A partir de agora, visamos contribuir para a formação de professores/as, na tentativa de somar ideias e saberes para a urgente implementação de estratégias pedagógicas que se adequem às características da etapa de vida dos alunos e alunas da EJA, bem como criação de espaços educacionais diferenciados que vão ao encontro das necessidades dos mais velhos, considerando, não apenas o acesso, mas, também, o estímulo à permanência desses/as alunos/as, no ambiente de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Anna Mykellena Pereira de. **Histórias de vida e o processo de alfabetização de jovens e adultos**. UFRN, 2015, 28p.

BARROSO, Raimunda Eliana Cordeiro. **Narrativas de idosos alfabetizados na velhice: o passado, o presente e o possível**. Tese (PHD em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. 64p.

BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza. **Histórias de Vida e formação de Professores: diálogos entre Brasil e Portugal**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. 314p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. LDB – **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. MEC, 1996.

BRASIL, **Ministério da Educação. Secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade**. Diretoria de políticas de educação de jovens e adultos. Confitea Brasil, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Assessoria de Comunicação Social, 2005.

BRUNER, Jerome. **A cultura da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

FISCHER, Eveline. **A formação continuada em EJA: Reflexões acerca do diálogo freireano e da prática reflexiva do professor**. Cap: ler e escrever o mundo: a EJA no contexto da educação contemporânea. Educ. 2014. 412p.

FRASER, M.P.D; GONDIM, S.N.M. **Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa**. Universidade Federal da Bahia. Paideia, 2004, 14 (28), 139 – 152.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

PASSEGGI, Maria; NASCIMENTO, Gilcilene; OLIVEIRA, Roberta de. As narrativas autobiográficas como fonte e método de pesquisa qualitativa em educação. **Revista Lusófona de Educação**, 33, 111-125. 2015.

MIRANDA, L. C. P; SOUZA, L. T; PEREIRA, I. R. D. **A trajetória histórica da EJA no Brasil e suas perspectivas na atualidade**. Anais do Seminário de Iniciação Científica. IFMG. 2016.

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 6, n. 1, mai. 2012. Resenhas. ISSN 1982-7199. Programa de Pós-Graduação em Educação.

SOUZA, E. C. **(Auto) biografia, histórias de vida e práticas de formação. Memória e formação de professores** [online]. Salvador: EDUFBA, 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.

Recebido em:07/04/2022

Aceito em: 11/06/2022